

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

Entre:

- **MSO – SERRALHARIA, UNIPessoal, LDA.**, N.I.P.C.: 507552610, com sede na Rua I, Urbanização Pinhais Bastos, n.º 63, 4430-674 Vila Nova de Gaia, aqui representada pelo s/ gerente Manuel da Silva Oliveira, contribuinte n.º 160244897, adiante designada por **Primeira Outorgante**; e

- **Celeste da Silva Ferreira Arnelas**, residente na Rua I Urbanização Pinhais Bastos nº63, 4430-674 Avintes, titular do cartão de cidadão n.º 069799556 8ZX8, válido até 29-07-2029, contribuinte n.º 139616640, beneficiário da S.S. n.º 11290499884, adiante designado por **Segundo Outorgante**,

É celebrado e reciprocamente aceite entre as partes outorgantes o presente contrato de trabalho por tempo indeterminado, com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Admissão

A Primeira Outorgante admite ao seu serviço o Segundo Outorgante no dia 3 de Janeiro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA

Funções

1. A Primeira Outorgante, no exercício da sua atividade e na prossecução dos objetivos inerentes aos seus fins comerciais, contrata o Segundo Outorgante para integrar a categoria profissional de **Trabalhador Indiferenciado**, exercendo todas as funções inerentes à atividade e relacionadas com a atividade da Primeira Outorgante, nos diversos contextos de obras e de produção.

2. A Primeira Outorgante pode, quando o interesse da empresa exija, encarregar temporariamente o Segundo Outorgante a desempenhar funções não compreendidas na atividade contratada, desde que tal não implique modificação substancial da posição do mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Local de Trabalho

1. O Segundo Outorgante desempenhará as suas funções nas instalações indicadas pela Primeira Contraente, em funcionamento ou em atividade, à data da celebração do presente Contrato de Trabalho e na área geográfica que lhe for determinada e necessária para o exercício das suas funções.
2. Para além do disposto no número anterior, o Segundo Outorgante declara, desde já, que aceita ser transferido ou temporariamente deslocado para outro local de trabalho, designadamente podendo deslocar-se a territórios estrangeiros, sempre que tal se torne necessário ao exercício da atividade e o interesse da Primeira Outorgante o exija.

CLÁUSULA QUARTA

Período normal e horário de trabalho

1. O período normal de trabalho a prestar pela Segunda Outorgante será de 40 (quarenta) horas semanais.
2. A Segunda Outorgante prestará serviço de 5 (cinco) dias por semana, e de 8 (oito) horas diárias.

CLÁUSULA QUINTA

Retribuição

1. A Primeira Outorgante pagará ao Segundo Outorgante a retribuição ilíquida mensal de 705.00€ (setecentos e cinco euros)
2. As horas noturnas, extraordinárias, domingos e feriados serão pagos de acordo com a legislação em vigor, em concreto do artigo 258.º e seguintes do Código do Trabalho.
3. O pagamento será efetuado por transferência bancária para o NIB a indicar pelo Segundo Outorgante, por forma a que o montante da retribuição fique à disposição do Segundo Outorgante até ao dia 10 (dez) de cada mês, ou em numerário e/ou cheque bancário.
4. A Primeira Outorgante pagará ao Segundo Outorgante o valor diário de 4,77€ (quatro euros e setenta e sete cêntimos) a título de subsídio de alimentação, por cada dia de trabalho efetivo.

CLÁUSULA SEXTA

Motivação do Contrato

1. Ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do art.140.º do Código do Trabalho, o presente contrato de trabalho é celebrado a termo certo.

2. Nos termos da alínea referida no número anterior, é motivo justificativo do termo do presente contrato o acréscimo excecional de atividade da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA

Duração

1. O contrato de trabalho que agora se celebra tem a duração de 1 (um) ano, iniciando-se a 3 de Janeiro de 2022 e terminando em 3 de Janeiro de 2023.
2. O presente contrato pode ser renovado até 2 vezes e a sua duração não pode exceder os 2 anos, sem prejuízo das renovações extraordinárias previstas na lei n.º 76/2013, de 07 de novembro.
3. Na ausência de declaração em contrário que o faça cessar, ou de declaração expressa de renovação, o presente contrato de trabalho converte-se em contrato sem termo, no final do respetivo termo.

CLÁUSULA OITAVA

Apólice de seguros

A Segunda Outorgante está abrangida por um seguro de acidentes de trabalho, conforme Carta Verde anexa ao presente contrato.

CLÁUSULA NOVA

Deveres das partes em virtude da cessação contratual

1. Em caso de cessação do presente contrato, a Segunda Outorgante deve devolver imediatamente à Primeira Outorgante os instrumentos de trabalho e quaisquer outros objetos que sejam pertença deste, sob pena de incorrer em responsabilidade civil pelos danos causados.
2. Em caso de cessação do presente contrato, a Primeira Outorgante é obrigada a entregar à Segunda Outorgante, na data de cessação, um certificado de trabalho, indicando as datas de admissão e de saída e o cargo ou cargos que desempenhou, bem como os documentos previstos na legislação de Segurança Social.

CLÁUSULA DÉCIMA

Deveres do Trabalhador para com o Responsável pelo tratamento de dados

- 1.** Na vigência da sua relação com o Responsável pelo Tratamento e até dois anos após essa relação, deverá o Segundo Outorgante, guardar absoluto segredo sobre quaisquer informações ou conhecimentos de natureza técnica, empresarial ou outra, adquiridos, necessária ou involuntariamente, durante a relação laboral ou por causa desta, respeitantes à Empregadora ou a quaisquer outras pessoas, singulares ou coletivas, que com estas se relacionem, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito pela Empregadora.
- 2.** Reconhece e aceita o Segundo Outorgante a proibição de efetuar quaisquer reproduções, cópias, modificações, comunicações públicas, distribuição ou qualquer outro tipo de cedência, gratuita ou onerosa, de quaisquer documentos, incluindo programas informáticos, publicações, informações contidas em base de dados, na "intranet", em qualquer tipo de comunicação interna ou nas redes informáticas, ou qualquer outro material intelectual pertencente ou relativo à Empregadora ou a qualquer terceiro que com estes se relacionem, nomeadamente clientes e parceiros, salvo se previamente autorizado por escrito pela Empregadora.
- 3.** Abster-se-á de exercer qualquer outra atividade, remunerada ou não remunerada, por conta própria ou alheia, ao abrigo de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, desempenho de funções em cargos sociais societários ou de qualquer outro tipo contratual, por si ou por interposta pessoa, em Portugal ou no estrangeiro, nas quais possa utilizar ou recorrer aos dados pessoais a que tenha acesso por esta via.
- 4.** Está impedido de desenvolver qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não remunerada, por conta própria ou alheia, ao abrigo de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, desempenho de funções em cargos sociais societários ou de qualquer outro tipo contratual, incluindo atividades docentes, por si ou por interposta pessoa, em Portugal ou no estrangeiro, que prejudique, em quantidade ou qualidade, a que exerce ao abrigo do presente contrato, salvo se previamente autorizado por escrito pelo Responsável pelo Tratamento.
- 5.** Em caso algum poderá aceitar quaisquer comissões, prémios ou gratificações de quaisquer terceiros com os quais o Responsável pelo Tratamento mantenha relações comerciais, profissionais ou de parceria.
- 6.** Deverá cumprir e respeitar os procedimentos, políticas, normas ou regulamentos em vigor em cada momento no Responsável pelo Tratamento, bem como nos clientes desta em que preste serviços.

7. Considerando a qualidade em que teve acesso aos dados pessoais e o grau de responsabilidade e confiança que a mesma implica, o incumprimento das obrigações supra referidas constituirá responsabilidade civil, suscetível de implicar o dever de indemnizar o Responsável pelo Tratamento ou terceiros pelos prejuízos patrimoniais e/ou não patrimoniais sofridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Dados Pessoais

1. Reconhece o Segundo Outorgante, expressamente, que o Responsável pelo Tratamento, para fins de gestão e outras finalidades permitidas por lei, irá recolher e deter dados pessoais relativos à sua pessoa, nomeadamente dados de identificação, situação familiar, dados relativos à atividade profissional e dados relativos a retribuições, sendo-lhe concedido o direito a aceder a esta informação nos termos legais aplicáveis.
2. Aceita e presta o seu consentimento ao Responsável pelo Tratamento para tratar dados pessoais relativos à sua pessoa, para fins de gestão ou outras finalidades permitidas por lei, e, quando necessário, colocar essa informação à disposição de terceiros, prestadores de serviços, organismos públicos e quaisquer outras entidades, nos termos legais.
3. Consente expressamente, nomeadamente, na recolha, registo e integração em bases de dados, organização, conservação, adaptação, alteração, recuperação, consulta, utilização, eliminação e comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, incluindo a possibilidade de comparação e interconexão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Prazo de conservação de dados

1. Para a finalidade de gestão administrativa de trabalhadores, os dados podem ser conservados pela entidade empregadora por um período de um ano após a cessação da relação de trabalho.
2. Para efeitos de retribuições, prestações e regalias de trabalhadores, os dados podem ser conservados por um período máximo de seis anos após a cessação da relação de trabalho.

3. O prazo dos respectivos dados poderá ser prolongado, por motivos de ação judicial, até seis meses, após a transferência dos dados às instituições judiciárias ou o trânsito em julgado da sentença.

4. Para efeitos de pensões, previdência ou do pagamento de prestações complementares posteriores devidas em momento posterior à cessação da relação de trabalho, os dados estritamente necessários à prova da qualidade de trabalhador, tempo de serviço e evolução da remuneração poderão ser conservados até seis anos a inexistência das correspondentes finalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Direito do Trabalhador

O Segundo Outorgante goza, em conformidade com a lei, dos direitos de informação, acesso e oposição. Para o exercício do direito de acesso, tem de apresentar, por escrito, o pedido ao responsável da entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Aplicam-se ao presente contrato todas as disposições legais relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente as previstas no artigo 281.º do Código do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Dever de Informação e Informação Fiscal

1. O Segundo Outorgante declara expressamente, com a assinatura do presente contrato, ter sido cumprido o dever de informação previsto no Código do Trabalho.

2. O Segundo Outorgante declara reconhecer expressamente que deverá para todos os efeitos fiscais relevantes prestar as devidas informações assim como quaisquer alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Lacunas e dúvidas

1. As lacunas e dúvidas eventualmente emergentes do presente contrato serão integradas e resolvidas de harmonia com o Código do Trabalho, assim como pelas Convenções Coletivas do Trabalho que se aplicarem.

O presente contrato é composto por 7 (sete) páginas, feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Vila Nova de Gaia, de de 2022

O Primeiro Outorgante,

(MSO – SERRALHARIA, UNIPESSOAL, LDA.)

O Segundo Outorgante,

Celeste Silva Ferreira Arnelas